

A democracia na miséria

Aécio Gomes de Matos – UFPE

RESUMO

O acesso à educação e à saúde influencia diretamente na capacidade dos segmentos sociais defenderem seus direitos da cidadania, tendendo a agravar as desigualdades e a exclusão social, ao mesmo tempo em que reforça o poder dos grupos hegemônicos que controlam a economia e a política. O senso comum internaliza esse ciclo perverso como inerente à natureza dos sistemas sociais e alimenta o descrédito nas instituições, enviesadas pelos interesses das elites. São o alheamento e a alienação crescentes. Nos países onde as assimetrias sociais são mais graves, não se entendem os significados de democracias onde o poder político é comprometido pelo poder econômico e as instituições permanecem passivas face à miséria da maioria. Neste artigo, considera-se a hipótese que não há como superar essa situação e aperfeiçoar a democracia, sem que se invista em processos de constituição de organizações de base que consolidem as conquistas políticas dos movimentos sociais de massa em instituições com respaldo e controle popular. Nesta construção, o papel das lideranças e das vanguardas políticas é fundamental à medida que abdicuem de posturas mais diretivas para ajudar as comunidades locais a construir seus próprios caminhos, coordenando movimentos sociais mais amplos em redes de sujeitos autônomos.

Palavras-chave: Organização social. Sociedade civil. Democracia participativa. Clínica do social

RÉSUMÉ

L'accès d'une population à l'éducation et aux services de santé peut avoir une influence directe sur sa capacité de défendre ses droits de citoyenneté. Dans ce sens, l'exclusion sociale engendre une tendance d'aggraver les inégalités en même temps que renforce le pouvoir des groupes hégémoniques qui contrôlent l'économie et la politique. Dans les sociétés les plus pauvres, le sens commun considère que ce cycle pervers est inhérent à la nature même des systèmes sociaux, en préjudice de la crédibilité des institutions, biaisées par les intérêts des élites. C'est ainsi que l'aliénation s'accroît. Dans des pays où les asymétries sociales sont plus accentuées, le peuple n'est pas en mesure de comprendre la vraie signification d'une démocratie dont le pouvoir politique est contrôlé par le pouvoir économique et où les institutions restent passives face à la misère des gens. Dans cet article, on considère l'hypothèse où ce n'est pas possible dépasser ce stage a fin de perfectionner la démocratie sans qu'il y ait un important investissement vers la formation des organisations de base dans lesquelles les conquêtes politiques des mouvements sociaux de masse pourront se consolider sur des institutions contrôlées par la société civile, la seule instance capable de légitimer une vraie démocratie. Dans cette démarche, le rôle des *leaderships* et de l'avant-garde politique est fondamentale, au fur et à mesure qu'ils abdicquent de positions plus directives pour aider les communautés de base à construire, elles-mêmes, leurs propres chemins dans des réseaux sociaux des sujets autonomes.

Mots-clés: Organisation sociale. Société civile. Démocratie participative. Clinique du social.

Citando Amartya Sen, o Relatório do Banco Mundial *Rompendo com a história* (DE FERRANTI et al., 2003, p. 13) considera que o acesso aos serviços básicos de educação e saúde, além da importância que tem em si para a qualidade de vida dos indivíduos, é determinante para as assimetrias quanto à influência e ao poder dos segmentos sociais na defesa dos seus direitos da cidadania. Weakliem, Andersen e Heath (2005), confirmam, em pesquisas recentes, que as pessoas de renda mais alta têm mais influência do que as pessoas de baixa renda sobre as políticas públicas, inclusive sobre aquelas políticas que interferem na distribuição de renda.

Esse viés que afeta a cidadania dos segmentos sociais mais pobres se inscreve num ciclo perverso que tende a agravar as desigualdades e a exclusão social, ao mesmo tempo em que reforça o poder dos grupos hegemônicos que controlam a economia e a política. O senso comum alimentado pela ideologia dos dominadores internaliza esse ciclo inerente à natureza dos sistemas sociais e alimenta o descrédito nas instituições, enviesadas pelos interesses das elites. Worns (2005, p. 105) reconhece isso mesmo nos países desenvolvidos onde existe um sentimento mais acurado de cidadania.

Em países como o Brasil, o povo tem dificuldade para entender os significados de uma democracia cujas instituições permanecem passivas diante da penúria material a que estão condenados os mais pobres. As transferências diretas de renda de programas como bolsa escola e bolsa família que contabilizam, pelas estatísticas governamentais, 8 (oito) milhões de família parecem ter pouca influência nesse quadro. “Dificilmente uma família na periferia de um grande aglomerado urbano vai ver mudado de forma significativa seu cotidiano pelo fato de receber R\$ 45 por mês se seu entorno está caracterizado pela violência, tráfico de drogas, esgoto a céu aberto, ruas sem asfalto, falta de atendimento médico etc” (LOBATO, 2005).

Se as elites e as classes médias esclarecidas enaltecem o estado de direito como condição de democracia e apostam em programas sociais, a maioria

da população parece não valorizar tanto um sistema institucional onde a política se submete ao domínio da economia; onde a cidadania padece sob a discriminação social, o desemprego, a violência institucional fazendo parte do dia a dia, sem nenhuma perspectiva de mudança.

No mundo, as dimensões reais dessas assimetrias desconhecem os limites mínimos dos Direitos Humanos que as Nações Unidas elegeram como base fundamental de justiça social e como princípios fundadores da democracia. Os 20 países mais ricos, principais avalistas das Nações Unidas, com uma população de menos de 100 milhões de privilegiados, concentram mais de 76% do Produto Mundial Bruto, indiferentes ao clamor dos 2,7 bilhões de pessoas vivendo abaixo do patamar de pobreza. Um quadro irreversível, se considerarmos que essas assimetrias se aceleram ao longo dos anos, já que a diferença de renda per capita entre o país mais rico e o mais pobre do planeta, que era inferior a 5 (cinco) vezes, em 1820, é hoje 80 (oitenta) vezes.

Essa situação é tão mais grave e mais perversa quanto mais pobre é o país. Na América Latina, os 10% mais ricos acumulam quase a metade da renda total, enquanto os 10% mais pobres devem se contentar com menos de 2% dessa mesma renda. Pode parecer coincidência que, justamente nesses países mais pobres e desiguais, a democracia seja mais precária. Mas não é. Existe uma correlação direta entre as desigualdades sociais e a manipulação dos processos eleitorais, a imposição de governos autoritários, a eclosão de conflitos e disputas de poder entre grupos étnicos e políticos sectários. Muitos desses conflitos não conseguem esconder o jogo de interesses estratégicos dos países mais ricos nas disputas por petróleo, minérios e por outros interesses dos grandes aglomerados financeiros.

O Relatório do Banco Mundial (DE FERRANTI et al., 2003) sobre desigualdades sociais alerta para a armadilha dessa situação que tende a perpetuar as hegemonias políticas nesses países através de mecanismos legais e financeiros. O capitalismo liberal nasce sob o pressuposto do equilíbrio das relações

individualistas pela mão invisível do mercado. Mas os seus críticos já anunciavam as tendências perversas desse sistema associando assimetrias econômicas ao domínio das instituições e à alienação política. Para Marx, a penúria é, em si, uma condição suficiente da alienação.

No Brasil, a situação não é diferente. Considerada a décima primeira economia do mundo, o Banco Mundial nas suas análises de desigualdade (WORLD DEVELOPMENT REPORT, 2006), nos qualifica num ranking de 127 países, como o sexto mais desigual e injusto do mundo, com um índice Gini de 0,59. Estamos em situação mais desfavorável do que países paupérrimos como o Equador, a Bolívia, o Paraguai, a Etiópia, a Guiné-Bissau. As assimetrias sociais brasileiras só não são piores do que a desses cinco países que vivem em condições de miséria absoluta, Haiti e mais quatro países africanos, República Centro Africana, Botswana, Namíbia e Lesoto¹.

É justamente por conta dessas desigualdades que a democracia brasileira continua tributária da falta de legitimidade que se acreditava ter sido superada com o restabelecimento do estado de direito. Na prática, não podemos nos ufanar do restabelecimento da democracia com o fim da ditadura militar; o paradoxo entre estado de direito e precariedade democrática se reflete, entre outros aspectos, na fragilidade de um sistema eleitoral onde domina o poder econômico, com velhas práticas corruptas de “mensalão” e “caixas 2”. Votando por obrigação, a maioria da população escolhe seus candidatos por influência da mídia ou de relações pessoais com cabos eleitorais e prepostos de candidatos. O voto consciente e os compromissos políticos que caracterizam raros segmentos do eleitorado são hoje em dia mais escassos. Os partidos políticos com ideologias e linhas programáticas claras, que caracterizavam

as esquerdas, tornaram-se pragmáticos e casuísticos em suas estratégias e alianças de acesso ao poder. Esses fatos geram na população um entendimento, cada dia mais generalizado, de que a maioria dos políticos é “farinha do mesmo saco” e se perpetua no poder, sem que haja meios de cobrar compromissos e fidelidade da representação.

E não há soluções a vista. Se for verdade, como afirma o relatório do Banco Mundial, que as raízes dessa alienação estejam correlacionadas às histórias de assimetrias sociais do País, não há saída política sem uma educação de qualidade, sem superação da penúria da vida material, sem as redefinições econômicas que permitam recuperar condições dignas de trabalho, sem subverter a subalternidade social. Em outras palavras, democracia se constrói com desenvolvimento econômico, inclusão social e dignidade.

Na contramão da democracia, os governos têm o hábito de mascarar suas políticas com fantasiosas informações sobre crescimento econômico e indicadores de emprego e renda, que não se traduzem em qualidade de vida e cidadania. A ilusão do desenvolvimento cai por terra diante da precarização das relações de trabalho, enquanto cresce a decalagem entre a geração de novos empregos e o crescimento dos segmentos populacionais em idade de trabalhar. No Brasil, seriam necessários pelo menos um milhão e meio de empregos por ano, só para ocupar esse contingente. Isso, sem contar com o déficit estrutural de um desemprego da ordem de 10%. Análise realizada por Sachs (2004) sobre a situação de emprego no Brasil, confirma essa distância entre desenvolvimento, modernização e geração de empregos. “O Brasil entrou no século XXI com um aparelho industrial moderno e diversificado e um setor de agronegócio que confere liderança mundial em vários setores. No entanto, a sua estrutura ocupacional reflete o atraso social” (SACHS, 2004, p. 24).

Estudo realizado pela UFRJ/CEPAL, com base nos dados da PNAD de 2002, revela que nos onze anos de modernização tecnológica que se seguiram à abertura comercial de 1990, foram fechados 12,3 milhões de postos de trabalho, um pouco menos

1 O Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) informa pela imprensa (Folha de São Paulo, domingo, 29 de janeiro de 2006) que o pesquisador Sergei Soares, concluiu estudo que indica tendência desse índice para 0,574 em 2004, sob efeito dos programas de distribuição direta de renda (bolsa família), mesmo tendo havido uma queda da renda média do trabalhador.

do que os 15,5 milhões de novas ocupações criadas pelo crescimento econômico do período. Trocando em miúdos, é fácil entender que quase todo o esforço de crescimento econômico para geração de novas atividades econômicas para a população, foi anulado pela modernização tecnológica.

O economista Sayad (2004) dá uma síntese clara desse quadro: “No Brasil a pobreza foi se acumulando em camadas sedimentares ao longo de muitos anos de estagnação ou desenvolvimento. O desenvolvimento destrói formas antigas de produção. A estagnação impede que novas gerações se incluam na economia maior e renovada”.

Nesse quadro, a modernização da economia está excluindo uma parte significativa da juventude e de outros segmentos da população numa situação de subproletarização, onde a se impõe a luta individualista pela sobrevivência a qualquer custo. Uma situação que, além de subverter os códigos morais da sociedade, consome as energias e as motivações associacionistas e isola cada dia mais as famílias à sua própria sorte.

Não obstante esse quadro avassalador, de erosão das bases da democracia brasileira, o mundo político, mesmo aquele exposto aos holofotes das críticas da imprensa, parece sobreviver imune, enquanto a democracia representativa continua incólume, como se o estado de direito se bastasse a si mesmo. Os políticos contornam os processos legais por renúncia transitórias ou por manipulações jurídicas e voltam ao poder pelo voto popular manipulado, como se nada manchasse a ética; um escárnio às instituições cada dia mais desacreditadas.

A INIQUIDADE DA DEMOCRACIA REPRESENTATIVA

Vivemos assim em um mundo onde a democracia representativa assume no senso comum, significados incoerentes com os conceitos que a fundaram, escamoteados em discursos e práticas incongruentes. Para além da correlação perversa entre poder econômico e poder político, há que se dar conta também nas análises sobre a democracia das defor-

mações do processo representativo nos atuais regimes políticos.

O exercício do voto sem uma contrapartida clara de compromisso dos eleitos, sem dispositivos de controle pelos representados sobre seus representantes, já seria suficiente para tornar inócuo o sentido da democracia representativa. A lógica eleitoral que pretende articular as prerrogativas constitucionais do cidadão comum e o exercício efetivo do poder republicano pelos representantes eleitos, não dá conta da dimensão real do contrato político entre representantes e representados. O estado democrático é assumido em nome do povo sem que o povo possa exercer formas efetivas de poder, para além do voto.

Isso sem falar do exercício de funções de Estado por servidores públicos, sob um suposto saber que lhes garante uma nova forma de poder tecnocrático, legitimado pela competência profissional. Nas democracias modernas, a representação parlamentar, os eleitos do poder executivo, as tecnocracias substituem o poder das elites aristocráticas, sem que tenha havido mudanças mais profundas no exercício do poder. Na prática, são as elites e as vanguardas que continuam falando e decidindo em nome do povo, legitimadas ideologicamente ou por sistemas legais instituídos em nome do povo e para o povo.

De fato, o povo fica a ver navios. Os dispositivos de controle institucional pelo ministério público, pelos conselhos de ética, embora reflitam o sentimento e a indignação da população, têm se demonstrado incapazes de exercer uma ação mais efetiva quando envolve acordos políticos e terminam por transformar em “pizza” situações de incontestável corrupção e falta de ética política.

As Comissões Parlamentares de Inquérito e o ministério público se sucedem em investigações desde os anos noventa, promovendo verdadeira caça às bruxas com o impedimento de um presidente da república, cassação de deputados, prisão de juizes e funcionários públicos. Apesar disso, a ética na política parece não ter sido estabelecida quando recrudescem os escândalos no Governo do Partido dos

Trabalhadores que, até então, era o guardião da moralidade e da ética na política.

Tampouco funcionam como dispositivo de controle social os conselhos setoriais de políticas públicas. No limite, esses conselhos parecem ter se transformado em novos dispositivos de representação onde o cidadão comum só se expressa através das lideranças das associações comunitárias do seu bairro ou pela intermediação de profissionais de organizações não-governamentais. Mesmo o caráter paritário da participação dos usuários perde significado quando cotejado ao processo de escolha dos representantes e aos mecanismos de manipulação de que dispõem as administrações. A maioria dos usuários continua desinformada e pouco influencia as decisões dos conselhos.

De fato, a institucionalização e implementação dos conselhos, a partir do final do século passado, pouco interferiu nos processos de decisão da União, dos Estados e municípios uma vez que a concepção dos programas governamentais, a prioridade e as alocações orçamentárias continuam sendo decididas nos escalões dos ministérios e secretarias, sob o beneplácito dos parlamentos, cujas emendas individuais e de bancada garantem o quinhão de cada um. Ribeiro (1997) afirma que, apesar dos conselhos terem sido constituídos sob pressão popular, não se pode desconhecer o papel dominante do Estado na definição dos espaços de participação e do *status* de representação dos grupos de interesse e da própria agenda política dos conselhos gestores. Na prática, os conselhos interferem, sobretudo, no plano operacional, ora nas decisões para priorizar a aplicação dos recursos orçamentários (tipo orçamento participativo); ora na geração de informações da comunidade, úteis ao controle social. Uma participação limitada que, mesmo tendo o seu lado positivo, não pode ser considerada como uma mudança significativa para a evolução da democracia no País.

A busca de uma alternativa à democracia representativa não é nova. Segundo Ghon o surgimento dos conselhos na gestão pública ou em coletivos da sociedade civil é tão antigo quanto a democracia re-

presentativa, remontando ao período medieval. Evoluíram na história e foram tratados diferentemente, ora como instrumentos de colaboração na filosofia liberal, ora como dispositivos políticos para impor a vontade popular pelas esquerdas. Para Hannah Arendt (apud GOHN), os conselhos consistiriam na única forma política para o exercício de um governo que tenha como princípio a participação e a cidadania.

Worns (2005), analisando a crise de legitimidade da democracia representativa na França, reconhece que as origens da dicotomia entre representantes e representados remontam à revolução francesa. De um lado, uma elite esclarecida que tinha competência e argumento político para defender os princípios de direitos universais; do outro, a massa de analfabetos que constituía a maioria do povo. Desde as suas origens, as fragilidades da democracia residem assim na falta de identidade dos representantes e de canais regulares de expressão popular que permitam o controle da vontade eleitoral enviesada pelo domínio econômico e pelo discurso ideológico.

DEMOCRACIA E ORGANIZAÇÃO SOCIAL

A descrição da fragilidade da uma democracia erigida sob as assimetrias sociais, não deixa muitas esperanças aos que acreditam no futuro da sociedade brasileira. Sem cair nas armadilhas ufanistas dos discursos participacionistas, há que se ir além da desesperança, à cata de uma análise mais acurada que permita fundar projetos mais animadores. Compreendendo-se melhor a organização da sociedade nos seus aspectos políticos, históricos, identitários, se poderia refletir melhor sobre os caminhos de construção de uma democracia cidadã.

Em primeiro lugar, há que se interrogar sobre os processos intrínsecos de organização da sociedade civil e sobre o seu poder de transformação; em última instância, sobre a sua vocação transformadora, como define Gramsci. Em um texto anterior (MATOS, 2003), procurei analisar esse processo fazendo a distinção entre três níveis complementares de organização que integre as dimensões macro e micro sem escamotear as diferenças e contradições dialéti-

cas entre a sociedade como um todo e as instâncias que constituem a base da análise: a organização de massas, a organização política e institucional e a organização de base.

A **organização de massa**, onde se inscrevem movimentos sociais de participação popular e que se constitui um dos focos responsáveis pelas grandes mudanças que resultaram na redemocratização recente. As “diretas já”, “o Grito da Terra”, “o Grito dos Excluídos”, se incorporaram definitivamente à história da democracia brasileira. Não se pode esperar mudanças sociais significativas sem o engajamento de grandes contingentes populares no quadro político. O poder simbólico das mobilizações explosivas, com capacidade de empolgação e de ampliação rápida, produz as mensagens ameaçadoras indispensáveis para se ganhar posições no jogo político contra as elites entrincheiradas nas instituições. Mas também não parece seguro depositar todas as fichas desse jogo político nessa forma de organização social, quando se tem em vista assegurar a estabilidade do processo democrático. As mesmas características explosivas e emocionais que respondem pela intensidade e pela eficácia da organização de massa nas mudanças sociais, têm repercussões diretas sobre a instabilidade e o refluxo de sua sustentabilidade política. É preciso considerar, sobretudo, o caráter emocional e instável da mobilização de massa, carregados de referências maniqueístas de identificação e de negação e oposição. A impulsividade das massas é carregada no imaginário, investida em fantasmas que sacralizam e demonizam figuras públicas ou posturas políticas, sempre associadas ao marketing político, com imagens, cores e símbolos marcantes; as palavras de ordem e as músicas que tocam fundo no plano emocional. Segundo Pagès (1998)², a aparente racionalidade dos argumentos políticos de

fachada dessas mobilizações são meros componentes de uma mistificação que tem mais o objetivo do envolvimento emocional da massa.

Já a **organização institucionalizada** se define no plano dos contratos sociais, das funções públicas, da divisão política dos poderes, dos direitos e deveres que regulam as relações sociais. A estrutura funcional do aparelho de Estado, a iniciativa privada e os códigos que a regem, os partidos políticos, os contratos de trabalho, os sindicatos são estruturas universais legalmente legitimadas para garantir a estabilidade do estado de direito tornando “evidente, intocável e sagrado o que é apenas contingência política, [...] e legitimando no plano ideológico o que só é justificado pela força” (LOURAU, 1975, p. 39).

Esse contraditório institucional se expressa de forma direta quando os representantes do povo, servidores e dirigentes de órgãos públicos se apropriam dos mandatos no interesse de próprios projetos pessoais ou corporativos. São contradições da democracia representativa, que se refletem e que precisam ser trabalhadas na instância institucional que não se basta a si mesma, que não garante, por si, a consistência do processo democrático.

Na prática, a experiência mostra que muitas das instituições que garantem os direitos sociais como educação, saúde, previdência, ficam a reboque de ajustes políticos conjunturais; enquanto outras, como a justiça, a segurança pública, a regulação dos mercados, dependem fundamentalmente do poder econômico que as controla. As garantias institucionais que configuram a evolução política e a maturidade democrática de uma sociedade não podem depender apenas do ordenamento institucional que configura o estado de direito.

A **organização de base** se diferencia das duas anteriores por ser um espaço onde se podem estabelecer os processos de autonomia que permitem a formação e o desenvolvimento de sujeitos individuais e coletivos conscientes de suas identidades em contraposição à impessoalidade das massas e à universalidade das instituições. Resgatar esse papel

2 Ver Pagès (1998) e sua análise do envolvimento emocional das massas no fenômeno revolucionário, como uma regressão criativa caracterizada entre suas diversas fases, por um movimento de contestação do poder instituído. Para esse autor, a contestação se expressa em forma de utopias de mudanças radicais e absolutas, sem que isso represente formas ordenadas de projetos racionais.

de sujeito tem, neste nível de organização social, a clara intenção de colocar em pauta o papel relativo dos indivíduos e dos coletivos no foco da questão da organização social. Uma síntese entre os paradigmas estruturalistas e individualistas para encontrar mediações que compreendessem determinações do social sob influência das ações individuais, abrindo espaços para compreensão de dinâmicas mais complexas de mudanças sociais fundadas na interação humana, na comunicação ativa, na reflexão crítica e na consciência coletiva.

É justamente na organização de base que essas interações sociais e as mediações entre as diversas formas de organização social parecem ser mais plausíveis. Nos grupos que constituem as comunidades de base, se torna possível a emergência de sujeitos assumidos como pessoas reais e não simplesmente identificados pela universalidade das instituições, nem pelo anonimato da participação da massa. É aí, nesses grupos de base que a democracia direta pode se expressar a partir da reflexão de pessoas singulares que se comunicam diretamente umas com as outras, no mundo da vida. As pessoas se reconhecem e se identificam mutuamente, se relacionam entre si e não através de representantes; escutam-se e desenvolvem laços afetivos e constroem juntas suas histórias individuais e coletivas. A organização social de base é um espaço onde se pode construir a *práxis* pela reflexão crítica das experiências individuais e coletivas, onde se constituem sujeitos sociais autônomos que se expressam nas relações com outros sujeitos sociais, com as autoridades instituídas, com outros segmentos da sociedade.

A PRIORIDADE DA ORGANIZAÇÃO DE BASE

É na organização social de base que repousam minhas maiores expectativas de aperfeiçoamento da democracia, como espaço concreto de articulação dos movimentos sociais de massa e dos direito institucionais. É na base que se pode constituir uma democracia de fato e de direito, a partir das posturas reflexivas. Chame-se de comunicação em Habermas, de *práxis* em Gramsci, de autonomia em Castoria-

dis, de política sexual em Reich,... É aí que se pode constituir os fundamentos de uma consciência cívica que articule a sociedade civil para um projeto político democrático superando os limites locais para se estruturar em redes; se expandindo gradualmente até os limites das mudanças sociais mais profundas e mais amplas.

Acredito que a articulação de uma organização constituída politicamente na base como sujeitos coletivos é fundamental para a sustentabilidade das lutas sociais e para uma vigilância sistemática da consolidação das instituições democráticas. Não obstante pareça lógica, essa constatação não tem parecido evidente a tantos quanto pretenderam, até os nossos dias, definir os rumos da democracia no Brasil. Se é verdade que muito já se investiu em constituir e aperfeiçoar os movimentos sociais, não é evidente que haja uma preocupação maior com a consolidação de organizações de base com autonomia e consciência crítica.

De fato, o País nunca teve tantas organizações na base da sociedade civil. O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2004) contabilizou, em 2002, mais de 276 mil entidades sem fins lucrativos, das quais (segundo minhas análises) pelo menos 47 mil estariam comprometidas com lutas sociais em defesa do aperfeiçoamento da democracia. Mas não parece evidente que essas organizações, apesar de uma militância ativa e politicamente comprometida, já tenham incorporado métodos adequados a uma *práxis* que se consolide num projeto de aperfeiçoamento político da democracia popular. Não é incomum encontrar nessas organizações, mesmo nas mais comprometidas com o discurso democrático, os traços mal disfarçados de formas autoritárias de regulação política herdadas do socialismo real, sempre justificado em nome da necessidade de coesão interna na luta contra as oligarquias.

A moda dos processos participativos que tomou conta da sociedade civil por indução dos organismos de cooperação internacional, termina se reduzindo à adesão a métodos, cujo principal objetivo é a implicação da “população alvo” em programas e proje-

tos onde o essencial já foi previamente definido pela tecnocracia, quando se decidem as estratégias e os orçamentos. Na maioria dos casos, os métodos de participação não desenvolvem uma escuta adequada ao saber e às iniciativas das comunidades, que terminam aderindo aos projetos por motivações instrumentais, onde conta mais o acesso aos recursos e benefícios diretos prometidos, do que à formação de identidades coletivas, de sujeitos autônomos e de capital social.

Ora, o que está em pauta aqui, é, sobretudo, a formação de sujeitos sociais autônomos que possam desenvolver e se apropriar de um capital social que os coloque em condições de definir e defender seus interesses nas relações com o Estado, com o mercado e com outros agentes sociais com os quais se relacionam.

A orientação central de uma prática, nessa perspectiva, se inscreve no contexto das ciências sociais clínicas definido por Levy (1997, p. 14), “compreendendo mais que um conjunto de métodos e de técnicas, [...] duas faces complementares: um ato ou análise organizacional como resposta a um pedido de ajuda, [...] e uma prática de pesquisa diretamente implicada no processo de mudança”.

Com essa orientação clínica, o compromisso central da intervenção organizacional é com a capacidade de reflexão crítica e de ação caracterizada por uma autonomia, que se diferencia, ao mesmo tempo, do individualismo metodológico do liberalismo e das determinações estruturalistas características do socialismo real. Para Castoriadis (1975, p. 147), a autonomia compreende a formação de consciência individual e coletiva sobre a realidade, construída por uma análise crítica no sentido da filosofia da *praxis*, cujos sujeitos assumem a construção da sua própria história e do seu destino.

Do ponto de vista metodológico, a construção da autonomia se instala justamente nesse processo de análise crítica, cujo sujeito é o coletivo de base que assume simultaneamente os papéis de objeto e sujeito de sua história. Não é uma tarefa fácil, sobretudo se não se guarda uma postura muito atenta à

dependência que costuma se instalar com relação aos profissionais externos ao grupo de base, cuja função precípua seria de facilitar a reflexão coletiva.

Esse é um papel impossível de ser assumido por um agente interno, diretamente implicado nas relações do grupo de base, mas também muito difícil de ser assumido por um agente externo, mesmo quando essa relação se respalda em uma demanda do coletivo ou de seus líderes. A ambigüidade dessas demandas resulta das motivações “tecnocráticas” dos que a formulam baseados em “experiências diversas” (GUIENNE-BOSSAVIT, 1994, p. 134), sem clareza dos problemas vividos pelo coletivo, transferindo a um terceiro com supostas competências e habilidades a quem se atribui “algo de gênio e [...] um dom pessoal” (GUIENNE-BOSSAVIT, 1994, p. 147).

Tarefa difícil, que requer uma postura de abertura na relação entre facilitador e grupo, cujo contrato não pode ser definido de maneira precisa entre as partes, carecendo de confiança em uma construção permanente da relação de ajuda, cuja condução deve se centrar no sujeito coletivo e não no facilitador. Segundo Levy (1997, p. 98), o facilitador deve fundamentalmente “negociar com os atores, na situação onde opera, desde os primeiros contatos, no momento da definição do enquadramento e do planejamento da intervenção, mas também no decorrer do processo, até a sua conclusão”.

A CLÍNICA DO SOCIAL

O foco na organização social de base, como sujeito condutor de transformações sociais necessárias à evolução da democracia, implica na adoção de métodos comprometidos com a formação de uma consciência crítica como base da construção da identidade coletiva e de uma postura política autônoma com relação às formas de dominação das elites e das vanguardas hegemônicas.

Nesta perspectiva, a formação de sujeitos sociais autônomos nas organizações de base pode evoluir em quatro estágios subseqüentes que vão da dependência características das posturas subalternas

e individualistas dos grupos-objeto, até a emergência e o enfrentamento dos conflitos internos através de mediações negociadas que levam à constituição do grupo como dispositivo de regulação coletiva, às decisões e ações necessárias à implementação de ações politicamente engajadas. Distingo, aqui, quatro momentos subseqüentes na evolução dos grupos com essa vocação de autonomia: dependência; emergência dos conflitos; resistência à mudança; projeto social coletivo.

Num primeiro momento, a **dependência** se instala com relação à figura do facilitador, a quem se atribui um “suposto saber³” para ajudar no desenvolvimento do grupo. Essa relação de dependência com o facilitador reduz a expressão de iniciativas e projetos dos membros do grupo, provocando sentimentos ambivalentes de confiança, expectativas e desconfianças, ao mesmo tempo positivos e negativos. É o preço que se paga pelo status diferenciado do facilitador e pelo estabelecimento de um contrato que não é claro para todos os participantes.

O método de trabalho e o estilo de relacionamento pessoal do facilitador assumem, particularmente nesse estágio, uma importância fundamental para o desenvolvimento da autonomia e da consciência crítica do grupo. Essa dependência se caracteriza pela passividade e por demandas variadas com relação ao processo de intervenção: questões estratégicas; consultas sobre o método de trabalho; demandas privadas sobre questões profissionais ou pessoais. Enquanto a passividade protege de exposição às fragilidades dos participantes, essas demandas testam o “suposto saber” ou procuram relações pessoais privilegiadas com o facilitador. Segundo Pagès (1998, p. 136), essas atitudes se originam no temor de confrontação com o facilitador. “O temor de entrar em competição com os animadores, chefes formais do grupo, o temor subjacente de uma reação de sua parte e de serem derrotados nessa compe-

tição, são todos eles, temores associados a diversos sentimentos de inferioridade”.

A atitude do facilitador diante dessas demandas pode levar ao fortalecimento da relação de dependência ou a uma evolução do processo no sentido da construção da autonomia. Dando respostas “competentes”, o facilitador reforça sua imagem de competência e o “suposto saber” que inibe a exposição, as iniciativas e os investimentos dos participantes. É mais produtivo devolver as demandas para discussões conjuntas nos grupos de trabalho, investindo na explicitação das idéias dos participantes e na divisão de responsabilidades, desinvestindo nas idealizações sobre o facilitador.

A aproximação afetiva e as alianças diferenciadas entre facilitador e participantes têm conseqüências para a autonomia grupal à medida que envolvem o facilitador nos jogos de poder internos ao grupo. Uma armadilha que induz facilitador e participantes a se fixarem na relação de dependência. Por um lado, o atendimento às demandas protege os participantes de assumir riscos, deixando as decisões sob responsabilidade do facilitador; por outro lado, o facilitador se sente reforçado e confortado pelo reconhecimento dos participantes, uma postura narcísica que tende a reproduzir sintomas organizacionais vividos nas relações com as lideranças. Ora, a relação com os estereótipos de liderança é um dos focos centrais da reflexão da vida do grupo. Se não estiver alerta a essa armadilha, o facilitador tende a entrar na disputa dos espaços de liderança do grupo. Esse sentimento de proteção mútua aparece naturalmente no desenvolvimento da relação, mas o compromisso profissional do facilitador é trabalhar esse processo, primeiro consigo mesmo, preferencialmente com a ajuda de uma supervisão e depois no trabalho com os grupos da organização. Estão em jogo as implicações afetivas e profissionais do facilitador.

O segundo momento, de **emergência dos conflitos**, surge após terem sido superadas as dependências com relação ao facilitador, quando o método de intervenção pode continuar investindo na

3 O suposto saber é uma categoria psicanalítica, uma competência atribuída ao analista, como um saber idealizado, no qual o cliente fundamenta sua relação de cura.

autonomia da organização, evitando a tutela e facilitando a emergência de idéias e projetos latentes, muitos dos quais permitem explicitar contradições importantes à formação do coletivo. É aqui que começam a aparecer as primeiras diferenças entre os processos democráticos e os encaminhamentos diretivos das gestões mais centralizadas.

Nesse momento de expressões mais livres, os participantes explicitam ambivalências que estavam camufladas no momento anterior e que surgem justamente em decorrência da postura não diretiva do facilitador na fase inicial, abrindo espaço às expressões individuais com maior exposição aos riscos e maior comprometimento. Mas o grupo ainda não está liberado dos comportamentos defensivos que aparecem no mutismo dos mais tímidos, em face de atitudes mais afoitas e competitivas de outros. Posições contraditórias, que se alternam, ora com demonstrações de interesses pelo andamento dos trabalhos, ora com passividade e obstrução, revelando ao mesmo tempo movimentos de dependência, de afastamento e até de agressividade com relação ao facilitador.

Essas confrontações com o facilitador, que se concentram em alguns indivíduos mais ativos e contestadores que atuam como porta voz do grupo, devem ser interpretadas como exercícios e experiências dos participantes para testar as reações que surgem ao se explicitarem as contradições no grupo. O facilitador estaria sendo colocado numa posição especial, permitindo aos participantes experimentar situações de confrontação, sem arriscar a integridade da relação grupal, primeiro, por ele ser externo, depois, porque é ele que traz a proposta de autonomia e de democracia. Do ponto de vista analítico, esse processo é típico da situação transferencial, através da qual o facilitador recebe, experimentalmente, sentimentos que deveriam estar sendo direcionados a outros. Essa experiência transferencial, como um processo de origem inconsciente, pode permitir ao grupo uma vivência da confrontação, protegida dos conflitos com seus pares.

Esse segundo momento da vivência grupal coloca em jogo a “autoridade” e a competência do facilitador, mas o processo só avança para a formação do sujeito coletivo se o facilitador resiste a estruturar, ele mesmo, as condições de mediação do projeto coletivo e facilita a emergência dos projetos individuais e a abertura de espaços para a confrontação das contradições. Precisa ter fôlego, paciência revolucionária e confiança na filosofia da *praxis* e no método não-diretivo centrado no sujeito coletivo. Avança, sobretudo, quando ele resiste às contratransferências defensivas e às tentativas de confirmar o suposto saber para demonstrar sua competência ameaçada; avança, finalmente, quando sua postura permite que a organização aprenda, nessa relação transferencial, a conviver com as suas próprias diferenças e a trabalhar suas contradições.

O terceiro momento, **de resistência à mudança**, se caracteriza por atitudes paranóicas em relação às possibilidades de mudanças que signifiquem fragilizar as posições individuais na relação com os demais membros do coletivo. As diferenças internas de idéias, propostas e projetos tendem a provocar posições antagônicas entre os membros do coletivo que se refletem em grandes ansiedades que paralizam o grupo diante de ameaças de caos. O maior problema deste momento da formação do sujeito coletivo é que a resistência canaliza as energias para o boicote à evolução de projetos que repercutam em mudanças reais, obstruindo as discussões com questões periféricas e gerando dificuldades de relacionamentos interpessoais e intergrupais. A obstrução do processo e outras dificuldades de construir um projeto comum à organização pela via da confrontação e da mediação, protegem ao mesmo tempo contra o conflito e contra as mudanças.

É importante, nessa fase, que se entenda a resistência à mudança não como um comportamento negativo dos indivíduos, mas como reações naturais de defesa contra as ansiedades provocadas por mudanças que representam ameaças reais ou imaginárias alimentadas por fantasmas difíceis de serem

compreendidos pelos que não se sentem diretamente envolvidos.

O papel do facilitador é trabalhar essas ansiedades com técnicas que priorizem a explicitação, permitindo que os próprios participantes exponham seus projetos, tirando dúvidas dos demais participantes, reduzindo os fantasmas e buscando pontos comuns e complementares. É importante que, mesmo tendo idéias e projetos concorrentes e complementares, o facilitador evite explicitá-los, porque isso inibiria os projetos do coletivo e reforçaria a dependência.

Esta vivência permite a cada participante e aos grupos, no interior da organização, entender a contradição e a confrontação das diferenças como um processo natural da relação social e não como algo destrutivo, a exemplo do que puderam viver na experiência transferencial com o facilitador. O processo de transferência em grupo, possibilitando a vivência da confrontação das diferenças com o facilitador sob a segurança da relação profissional, permite, não apenas à pessoa diretamente envolvida, mas aos grupos e à organização, capitalizar a experiência, assumindo a intervenção e, em consequência, a organização, como um ambiente seguro para se assumir as diferenças e as mudanças.

Vencidas essas ambivalências e confrontados em suas contradições, os participantes passam a investir no coletivo, como espaço de identidade e como ambiente seguro para trabalhar não apenas os pontos em comum, os acordos firmados, mas suas diferenças e complementaridades. Aprende que o grupo se constitui, sobretudo, como uma coletividade de aprendizagem, como um espaço de reflexão crítica, como uma articulação de poder de defesa dos interesses coletivos. É nesse ponto que se pode dizer que se constitui o sujeito coletivo, onde o grupo se apropria de seu próprio capital social, sem subalternidades, sem dependências. O grupo passa a ser sujeito de sua história e a partir daí pode se constituir em redes com outros grupos autônomos, pode assumir posições com relação aos movimentos de massa, pode defender suas posições institucionais.

Ao vencer as resistências às mudanças e se constituir como um sujeito coletivo com autonomia de reflexão e de ação, as organizações sociais de base passam ao quarto e último momento do processo organizacional, à construção de um **projeto social coletivo**, como o define Castoriadis (1975, p. 97). Não se trata de um simples projeto técnico como ocorre nos processos de planejamento organizacional. O projeto da organização social de base, enquanto espaço cívico de expressão da cidadania, é o projeto revolucionário de transformação social com foco no aperfeiçoamento da democracia e da sociedade. É nessa fase que se consolida a autonomia das comunidades de base com relação aos movimentos de massa, às grandes coordenações nacionais, às determinações institucionais. O significado de um projeto coletivo se ressalta pela experiência de valorizar as construções coletivas, que une e que reforça a identidade social que diferencia cada comunidade do conjunto da sociedade e os une entre si.

Esse projeto construído na mediação das diferenças e contradições coletivas se funde num sentimento de confiança, de mútuo reconhecimento que qualifica a comunidade para a ação, sem anulação das diferenças nas relações internas e externamente. Ressalte-se que na construção dessa *praxis* coletiva a contradição não é percebida e negada como uma oposição desagregadora, mas valorizada como parte da natureza dinâmica do processo social. É a partir dela que se constrói a reflexão crítica que leva ao aperfeiçoamento da democracia como uma construção plural e imperfeita, permanentemente aberta a novos investimentos, valorizando as singularidades com a mesma relevância que a integração e a coordenação coletiva. A ansiedade das coordenações e das lideranças que se consideram portadoras do saber e das estratégias revolucionárias precisa ser superada com uma maior confiança nas construções coletivas, no saber genuíno e no poder de criatividade dos segmentos sociais desqualificados pelas elites.

Este é um ponto fundamental a ser destacado nessa opção metodológica, pois a diferencia dos processos participativos mais diretivos, conduzidos

a partir da centralidade de vanguardas e das lideranças que se atribuem qualidades e competências diferenciadas para induzir e orientar a organização social dos mais frágeis, tolhendo a autonomia e iniciativas das bases locais, das comunidades, dos pequenos grupos de interesse.

Finalmente, gostaria de acrescentar que não há como superar os estágios atuais de alienação em que se encontram os segmentos mais pobres da população em países como o Brasil, sem que se invista em processos de constituição de uma base comunitária que se consolide através da própria experiência da construção da autonomia. O papel das lideranças e das vanguardas políticas é fundamental à medida que abdicuem de posturas mais diretivas para ajudar as comunidades locais a construir seus próprios caminhos, coordenando movimentos sociais mais amplos em redes de sujeitos autônomos. É um exercício de paciência, eu sei. Mas como dizia o Presidente Mao, a paciência é uma virtude revolucionária.

REFERÊNCIAS

- CASTORIADIS, Cornélius. *L'Institution Imaginaire de la Société*. Paris: Éditions du Seuil, 1975. 498 p.
- DE FERRANTI, David et al. *Desigualdade na América Latina e no Caribe: rompendo com a história*. Rio de Janeiro: Banco Mundial, 2003. Edição de Conferência.
- GOHN, Maria Gloria. *O papel dos conselhos gestores na gestão urbana*. Disponível em: <168.96.200.17/at/libros/urbano/gohn.pdf>. Acesso em: 16 jun. 2006.
- GUIENNE-BOSSAVIT, Véronique. *Être consultant d'orientation psychosociologique: éthiques et méthodologies*. Paris: Éditions l'Harmattan, 1994. 298 p.
- IBGE. *As fundações privadas e associações sem fins lucrativos no Brasil 2002*. Rio de Janeiro, 2004.
- LEVY, André. *Sciences cliniques et organisations sociales: sens et crise du sens*. Paris: Presses Universitaires, 1997. 261 p.
- LOBATO, Ana Lúcia Martins. Para além da transferência de renda. *Primeira Leitura*, n. 1357. Disponível em: <e-agora.org.br>. Acesso em: 19 jan. 2005.
- LOURAU, René. *Análise institucional*. Tradução Mariano Pereira. Petrópolis: Vozes, 1975.
- MATOS, Aécio. *Organização social de base: reflexões sobre significados e métodos*. Brasília: Editorial Aboré, 2003.
- PAGÈS, Max. *Le phénomène révolutionnaire: une régression créatrice*. Paris: Desclée de Brouwer, 1998.
- RIBEIRO, José Mendes. Conselhos de saúde, comissões intergestores e grupos de interesses no Sistema Único de Saúde (SUS). *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 13, n. 1, p. 81-92, jan./mar. 1997. ISSN 0102-311X.
- SACHS, Ignacy. Inclusão social pelo trabalho decente: oportunidades, obstáculos, políticas públicas. *Revista Estudos Avançados*, São Paulo, v. 18, n. 51, p.23-49, 2004. ISSN 0103-4014.
- SAYAD, João. Os miseráveis. *Folha de São Paulo*, 27 set. 2004. Opinião, p. A2.
- WEAKLIEM, David; ANDERSEN, Robert; HEATH, Anthony. Poder direcionador? um estudo comparativo de opinião pública e distribuição de renda. *Opinião Pública*, Campinas, v. 11, n. 2, p.366-400, out. 2005. ISSN0104-6276.
- WORLD DEVELOPMENT REPORT. *Equity and Development*. Washington DC: World Bank; New York, NY: Oxford University Press, 2006.
- WORNIS, Jean-Pierre. Crise de légitimité des élites gouvernementales et politiques françaises, et conditions de refondation de la république. *Revue du MAUSS*, Paris, n. 26, p. 90-104, second semestre 2005.